


Usos e apropriações femininas em espaços públicos: estudo de caso em duas praças de Vila Velha-ES

Women's uses and appropriations of public spaces: a case study of two squares in Vila Velha, ES

Usos y apropiaciones femeninas en espacios públicos: estudio de caso en dos plazas de Vila Velha, ES

*Myllena Siqueira Santo, mestrado em Arquitetura e Cidade. Universidade Vila Velha, ES.
E-mail: myllena.santos@uvvnet.com.br  <https://orcid.org/0000-0003-3822-853X>*

*Larissa Leticia Andara Ramos, doutorado em Tecnologia e Projeto para Qualidade Ambiental.
Politecnico di Milano, Itália. Professora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do
Mestrado em Arquitetura e Cidade. Universidade Vila Velha, ES, Brasil.
E-mail: larissa.ramos@uvv.br  <https://orcid.org/0000-0002-2295-8995>*

Para citar esse artigo: SANTOS, M. S.; RAMOS, L. L. A. Usos e apropriações femininas em espaços públicos: estudo de caso em duas praças de Vila Velha-ES. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 221-248, 2024.

DOI 10.5935/cadernospos.v24n2p221-248

Submissão: 2024-06-25

Aceite: 2024-08-30

Resumo

As cidades historicamente privilegiaram a experiência masculina, resultando em espaços públicos onde se perpetua a desigualdade de gênero, com as mulheres enfrentando barreiras sociais e espaciais que dificultam os usos e as apropriações urbanas. A relação das mulheres com os espaços públicos é influenciada por diversos



fatores, entretanto, o desenho e a morfologia urbana podem facilitar essa interação. O presente artigo, portanto, busca compreender a inter-relação entre as mulheres e os espaços públicos, tendo como estudo de caso duas praças situadas em contextos socioeconômicos distintos do município de Vila Velha-ES. Trata-se de uma pesquisa aplicada, estruturada em três etapas: contextualização do tema; análises físico-morfológicas e análises comportamentais. Além da coleta de dados em campo, foram aplicadas as técnicas de mapeamento comportamental, contagem de pessoas e entrevistas. Os resultados revelam que os usos e as apropriações femininas em praças frequentemente estão relacionados a atividades de cuidado com crianças, idosos ou animais de estimação. O tempo destinado ao lazer ocorre simultaneamente às responsabilidades ainda atribuídas às mulheres. Destaca-se que características físicas e sociais específicas de cada contexto também influenciam na relação das mulheres com as praças. Tais observações indicam a necessidade de um planejamento urbano mais sensível ao gênero feminino e direcionado aos espaços públicos de permanência.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Espaço público; Praças; Apropriações urbanas.

Abstract

Cities have historically favored the male experience, resulting in public spaces where gender inequality is perpetuated, with women facing social and spatial barriers that hinder urban uses and appropriation. The relationship of women with public spaces is influenced by several factors, however, the design and urban morphology can facilitate this interaction. This article therefore seeks to understand the interrelationship between women and public spaces, taking as a case study two squares located in different socioeconomic contexts of the city of Vila Velha-ES. This is an applied research, structured in three stages: Contextualization of the theme; Physical-morphological analysis and behavioral analysis. In addition to the data collection in the field, behavioral mapping techniques, people counting, and interviews were applied. The results reveal that female uses and appropriations in squares are often related to activities of care with children, elderly or pets. The time devoted to leisure occurs simultaneously with the responsibilities still assigned to women. It is noteworthy that specific physical and social characteristics of each context also influence the relationship of women with squares. These observations indicate the need for urban planning that is more sensitive to the female gender and directed to public spaces of permanence.

Keywords: Gender; Women; Public space; Squares; Urban appropriation.

Resumen

Las ciudades han privilegiado históricamente la experiencia masculina, dando lugar a espacios públicos donde perpetúa la desigualdad de género, con las mujeres



enfrentando barreiras sociais y espaciales que dificultan los usos y apropiaciones urbanas. La relación de las mujeres con los espacios públicos está influenciada por varios factores, sin embargo, el diseño y la morfología urbana pueden facilitar esta interacción. El presente artículo, por lo tanto, busca comprender la interrelación entre las mujeres y los espacios públicos, teniendo como estudio de caso dos plazas situadas en contextos socioeconómicos distintos del municipio de Vila Velha-ES. Se trata de una investigación aplicada, estructurada en tres etapas: Contextualización del tema; Análisis físico-morfológicos y análisis conductuales. Además de la recogida de datos en el campo, se aplicaron las técnicas de mapeo comportamental, recuento de personas y entrevistas. Los resultados revelan que las utilidades y apropiaciones femeninas en las plazas están frecuentemente relacionadas con actividades de cuidado de niños, ancianos o animales. El tiempo destinado al ocio se produce simultáneamente a las responsabilidades aún asignadas a las mujeres. Destaca que las características físicas y sociales específicas de cada contexto también influyen en la relación de las mujeres con los puestos de trabajo. Tales observaciones indican la necesidad de una planificación urbana más sensible al género femenino y también dirigido a espacios públicos de permanencia.

Palabras clave: Género; Mujeres; Espacio público; Plazas; Apropiaciones urbanas.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a origem da palavra “cidade” nas línguas neolatinas, identifica-se que é um substantivo feminino. Em contextos literários, algumas cidades são simbolicamente retratadas como figuras femininas, representando a mãe, a jovem, a amante e a prostituta, como Roma, chamada de “mãe das armas e da lei”, e Paris, descrita como jovem e glamorosa (Risério, 2015, p. 65). No entanto, apesar de a palavra “cidade” ser feminina e de as figuras de linguagem femininas serem usadas para descrevê-la, na prática, as cidades não são acolhedoras para as mulheres, especialmente em seus deslocamentos, usos e permanências nos espaços públicos.

A cidade, na prática, é masculina, pois favorece e reforça os papéis de gênero tradicionais, estabelecendo a experiência dos homens como padrão e considerando pouco as barreiras que cria para as mulheres no cotidiano urbano (Kern, 2021). A diferença das posições de poder entre homens e mulheres advém de uma sociedade patriarcal na qual as mulheres são objetos da opressão masculina (Saffioti, 2004). Essa segregação do domínio do espaço em função do gênero torna necessária uma visão da arquitetura e do urbanismo mais sensível às relações sociais de desigualdade, a fim de buscar reduzir tal disparidade.

O urbanismo nunca foi neutro; ele tem como base uma visão patriarcal capitalista que prioriza as atividades produtivas designadas ao gênero masculino. Portanto, as atividades de reprodução, cuidados, comunitárias e sociopolíticas continuam sendo ignoradas. Para mitigar essa disparidade de gênero, é necessário um



urbanismo que se fundamenta na análise crítica e no reconhecimento da realidade a partir das experiências das mulheres, que Montaner e Muxí (2021) denominam de urbanismo feminista. Para os autores, a solução encontra-se na perspectiva de igualdade de gênero no desenho urbano, tendo em vista que o espaço público deve ser configurado de forma acessível a todas as gerações e classes.

O acesso aos espaços públicos e sociais varia com base em fatores interseccionais como idade, gênero, condição socioeconômica, raça, capacidade e sexualidade, influenciando a liberdade de movimento e a capacidade de usufruir desses espaços (Montaner e Muxí, 2021). A cidade, como produto de várias formas de opressão e desigualdade, não é projetada para grupos como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e de baixa renda, refletindo as relações de poder que estruturam a sociedade (Berth, 2023).

O corpo feminino, por exemplo, é visto como indesejado e pronto para ser limitado; ainda que tenhamos liberdade de ir e vir, não é a liberdade e segurança que os homens desfrutam na cidade. Embora o deslocamento seja possível, frequentemente não se considera a qualidade desse acesso. Isso cria uma falsa sensação de liberdade, pois, na prática, nem todos os espaços urbanos são acessíveis para todos os grupos sociais devido a normas e códigos sociais implícitos (Berth, 2023).

É importante destacar que as mulheres enfrentam falta de segurança nos espaços públicos; além das preocupações com crimes em geral, há também a sexualização e violação de seus corpos. Nessa perspectiva, é crucial que o planejamento urbano considere a vivência das mulheres e de outros grupos sociais vulneráveis, pois a questão de gênero está intrinsecamente ligada à desigualdade étnico-social que aumenta sua vulnerabilidade à violência urbana.

Enquanto fatores socioculturais e características individuais desempenham um papel crucial na forma como as mulheres utilizam e se apropriam do espaço público, não se deve negligenciar que elementos espaciais podem promover maior interação das pessoas com esses espaços. Assim, nesse contexto, o presente estudo busca compreender a inter-relação entre as mulheres e o espaço público das praças, considerando que a igualdade de gênero é também uma pauta reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) em seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), presente na Agenda 2030.

O estudo é de natureza aplicada, exploratória e descritiva, adotando uma abordagem quanti-qualitativa. Foi dividido em três etapas: 1) Contextualização do tema; 2) Análise físico-morfológica; 3) Análise comportamental. Com base na revisão de literatura e nos parâmetros da ferramenta de avaliação dos espaços públicos da UN-Habitat (2020), identificaram-se elementos físico-morfológicos, tanto internos quanto externos à praça, que poderiam influenciar a relação das mulheres com o espaço público. Na terceira etapa, para a análise comportamental, foram empregadas técnicas como mapeamento comportamental, contagem de pessoas (Gehl; Svarre, 2018) e entrevistas com mulheres frequentadoras das praças em estudo.



O recorte espacial deste estudo foram duas praças, do município de Vila Velha-ES, localizadas em bairros residenciais, com alta densidade demográfica, mas em contextos socioeconômicos distintos. As praças estão situadas nos bairros Itapuã e Santa Mônica, na Regional Grande Centro e Regional Grande Ibes, respectivamente. Destaca-se que ambas as praças passaram por reformas entre os anos de 2022-2023, têm extensão territorial entre 2.500 e 3.000 m², bem como características físicas, quantidade e diversidade de equipamentos similares.

Mulheres e espaço público

Com a chegada da indústria, houve uma separação entre trabalho reprodutivo e produtivo, dificultada pelos horários extensivos e ritmos de trabalho, resultando na ênfase cultural de que a reprodução é uma função exclusivamente feminina (Tilly e Scott, 1989). Estabeleceu-se uma divisão sexual do trabalho: mulheres ficaram responsáveis pelo trabalho reprodutivo e não remunerado no lar, enquanto homens assumiram o trabalho produtivo e remunerado e ocuparam espaços públicos e políticos. Essa divisão, baseada em um determinismo biológico, consolidou a sociedade capitalista e patriarcal, fundamentada na ideia binária de essências femininas e masculinas, que define características e papéis sociais de acordo com essas categorias. Essa visão reforça a ideia de que o “lugar do feminino era o ‘natural’ lugar na família, no doméstico, em contraste com os espaços masculinos” (Aboim, p. 112-113, 2012).

O papel das mulheres foi desafiado pelo crescimento urbano e pela migração para centros urbanos durante a Revolução Industrial. Kern (2021) descreve como o rápido crescimento das cidades na Europa misturou classes sociais e gêneros, desafiando normas da época ao permitir que mulheres brancas de alta classe fossem confundidas com “mulheres públicas” ou mulheres pobres. Para preservar sua posição social, essas mulheres passaram a ser acompanhadas por homens ou mulheres mais velhas.

A solução foi criar espaços públicos destinados às mulheres, como as lojas de departamento em Paris, em 1870. Embora esses espaços permitissem a presença feminina, eram mais uma resposta às necessidades de consumo do capitalismo do que uma busca real por independência (Kern, 2021). Isso reflete a lógica capitalista, na qual “tudo é transformado em mercadoria”, incluindo os espaços urbanos, que são vistos como locais de consumo (Gonzaga, 2011, p. 27).

Compreender o contexto dos países latino-americanos é essencial, pois a colonização e a escravidão criaram uma realidade distinta da europeia. No início do século XIX, a elite brasileira adotava o estilo de vida da aristocracia portuguesa e ideias europeias, buscando ser “civilizada” como os europeus (D’Incao, 1997). Essa busca resultou na imposição de regras rígidas para os espaços, com a intenção de reprimir interações sociais que não se alinhavam ao ideal de civilização. As mulheres mais pobres resistiam às normas, pois para a autora:



Ocorre que esse processo não se desenrolou sem uma efetiva resistência dos membros das camadas populares, inclusive da parcela feminina, que disputava, palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano. Deve-se ter em mente que para muitos a rua assumia ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir, da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez. Em grande proporção responsáveis pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para as mulheres pobres, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de sociabilidade (Soihet, 1997, p. 366-367).

É crucial analisar gênero, classe e raça juntos, considerando que as mulheres negras, mesmo antes da abolição da escravidão, já circulavam pelas ruas. Risério (2015, p. 215) destaca que essas mulheres lutavam para comprar sua alforria e, depois, para sustentar suas famílias. Segundo Rolnik (1989), as ruas eram também territórios ocupados pelos escravizados, que realizavam suas tarefas diárias. As mulheres negras, frequentemente envolvidas no comércio de alimentos, trabalhavam como quituteiras nos mercados, evidenciando sua presença e atividade nos espaços públicos da cidade.

No Brasil, a visão negativa da “mulher pública” é semelhante à do contexto europeu, em que a prostituta representava a antítese da mulher de família, que permanecia em casa (Del Priore, 2020, p. 177). No início do século XX, as mulheres brasileiras também desempenharam um papel significativo na mão de obra fabril, enfrentando condições de trabalho insalubres, salários baixos, assédio sexual e preconceito (Priore, 2020).

Segundo Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea está em constante mudança e afeta as mulheres de maneira coletiva, não apenas individual. A opressão não se limita ao ambiente doméstico; questões como renda, tempo livre, sexualidade e participação política também são impactadas. A associação das mulheres com o espaço doméstico e a organização das cidades restringem seu acesso a lazer, cultura e conhecimento, limitando sua criatividade e mantendo-as em papéis subordinados aos homens (Calió, 2017). A maioria dos tomadores de decisão são homens, que definem desde política ao planejamento de moradias, da localização de escolas ao transporte público, sem se preocupar como afetam a vida cotidiana das mulheres (Kern, 2021).

Homens e mulheres vivenciam as cidades de forma distinta, com necessidades e deslocamentos diferentes, refletindo também na liberdade e segurança que desfrutam. As mulheres frequentemente sentem que sua presença é indesejada e têm sua liberdade de movimento restringida pela violência urbana e de gênero (Berth, 2023). A mobilidade feminina é influenciada por preocupações



com segurança, tornando a cidade mais atraente durante o dia, quando essas preocupações são menores (Del Valle, 1997). A liberdade de ir e vir, no entanto, é teórica, com regras sociais não explícitas que limitam o acesso e a permanência das mulheres em certos espaços urbanos (Berth, 2023).

Diante da constatação de que o planejamento urbano tradicional não considera as necessidades das mulheres, acadêmicas começaram a explorar alternativas que dessem voz a essas demandas, resultando no estudo do urbanismo feminista, ou urbanismo sob a perspectiva de gênero. O urbanismo feminista, que ganhou força nas últimas décadas do século XX, especialmente na Europa, está ligado à geografia feminista, como visto no trabalho de Gill Valentine em 1989. Embora já reconhecido por acadêmicas como Leslie Kern e Zaida Muxí, o conceito ainda é novo e pouco difundido. A discussão sobre o tema varia conforme a região: na Europa, ele está mais integrado ao planejamento urbano e foca em críticas aos mecanismos de dominação e em novas formas de participação social. Na América Latina, onde o debate é mais recente, a pesquisa se concentra mais em dados sobre *design* urbano e segurança, com menos ênfase nas dinâmicas patriarcais.

O conceito de “urbanismo feminista”, com esta precisa nomenclatura, é explorado de forma insipiente por pesquisadoras de gênero e cidade, porém, consolidou-se de forma mais incisiva a partir do trabalho de divulgação do Coletivo Col-lectiu Punt 6, com a urbanista argentino-catalã Zaida Muxí. O Coletivo define o urbanismo feminista a partir da perspectiva de gênero, reconhecendo que o urbanismo e o planejamento urbano não são neutros, mas refletem os valores de uma sociedade patriarcal (Helene, 2017). Essa abordagem considera que os espaços urbanos são desenvolvidos de maneira a perpetuar esse modelo de dominação. O urbanismo feminista, portanto, propõe que as decisões urbanas sejam centradas nas pessoas, levando em conta uma ampla diversidade de identidades e vivências. O objetivo é criar espaços que promovam a vida comunitária, evitem a segregação e incentivem a autonomia individual, a proximidade de serviços, a diversidade, a vitalidade urbana e a representatividade de diferentes grupos.

Os espaços públicos devem ser democráticos e garantir segurança e acessibilidade, especialmente para os grupos mais vulneráveis. No entanto, frequentemente, esses espaços são negligenciados em favor dos espaços privados de lazer. Como resultado, os espaços públicos tendem a se esvaziar, o que aumenta a sensação de insegurança. Jacobs (2014, p. 30) observa que “quando as pessoas temem as ruas, tendem a usá-las menos, o que, por sua vez, torna essas ruas ainda mais inseguras”. Esse mesmo fenômeno ocorre nas praças urbanas, onde o medo da violência e a sensação de insegurança fazem com que os cidadãos evitem os espaços públicos, perpetuando assim o ciclo de insegurança.

Ao discutir a insegurança em espaços públicos, é essencial considerar o medo específico das mulheres de frequentá-los, especialmente no que se refere ao assédio, tendo em vista que dados da pesquisa realizada pelo Instituto YouGov e divulgada pela Actionaid (2016) indicam que o Brasil ocupa uma posição destacada em termos de assédio em espaços públicos. É fundamental reconhecer



que a desigualdade de gênero impacta as mulheres de maneira diversa e não homogênea. As mulheres permanecem majoritárias nas atividades que envolvem o cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência, tanto de forma remunerada quanto não remunerada.

Elas também são predominantes em trabalhos informais, como vendedoras ambulantes e catadoras de materiais recicláveis (IPEA, 2015). Durante seus períodos de lazer, muitas vezes as mulheres se dedicam a tarefas domésticas pendentes e, quando frequentam espaços públicos, frequentemente o fazem acompanhadas de dependentes, como filhos ou idosos. Isso indica que o lazer das mulheres muitas vezes é voltado para o cuidado de outros, refletindo uma dinâmica de sobrecarga de responsabilidades (IPEA, 2015).

Jacobs (2014) afirma a respeito da segurança urbana a influência da vigilância natural, do ver e ser visto. Aborda aspectos como a importância da vitalidade urbana, em que se defendem a diversidade de usos e a circulação de pessoas nas ruas, seja em diferentes horários, seja para a geração de uma cidade mais atrativa e segura. Gehl (2014) destaca que a sensação de segurança é crucial para que as pessoas se sintam confortáveis e aproveitem o espaço urbano. Ele argumenta que, para tornar as cidades mais funcionais e atraentes, é necessário garantir a segurança tanto percebida quanto real.

A presença constante de pessoas nos espaços públicos contribui para a segurança e valoriza esses locais. O autor também afirma que uma cidade vibrante é aquela que promove o uso de espaços públicos para caminhadas, ciclismo e encontros. Esses espaços, quando bem projetados em termos de qualidade física e estética, não só facilitam atividades recreativas, mas também incentivam o convívio social e a vida comunitária, tornando a vida urbana mais variada e enriquecedora (Gehl, 2014).

O espaço público é crucial para que as mulheres realizem tarefas reprodutivas que geralmente são desempenhadas fora do ambiente doméstico. No entanto, esses espaços frequentemente não são adequados para tais atividades, carecendo de calçadas de qualidade e sinalização apropriada, e não são projetados para atender pessoas com cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê. A segurança no espaço público está diretamente relacionada à diversidade de atividades nos bairros e não é alcançada por meio da segregação com grades e muros, mas sim por espaços ativos e continuamente frequentados por pessoas (Muxí, 2008).

Sob essa perspectiva, é necessário abordar a insegurança e a desigualdade de gênero em diferentes escalas. O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos desenvolveu o “Guia Parques para Todas e Todos: sugestões para a Implantação de Parques Urbanos com Perspectiva de Gênero” (UNOPS, 2020), que oferece diretrizes para criar espaços mais seguros e inclusivos. O documento destaca a importância da “participação”, enfatizando a necessidade de diversificar os processos participativos para incluir grupos minoritários no planejamento, uma abordagem que os autores denominam planejamento sensível ao gênero.



Integrar a gestão pública, as políticas públicas e o planejamento urbano é crucial para alcançar esses objetivos em uma escala macro. Outro aspecto relevante abordado é o de “espaços e equipamentos”, que recomenda a inclusão de quadras para diversos usos e faixas etárias, áreas com bancos sombreados para acompanhantes de crianças e banheiros familiares adaptados. O guia também sublinha a importância de criar espaços que incentivem a sociabilidade, o descanso e a atividade física, proporcionando conforto e segurança para mulheres e cuidadores em geral.

Além dessas diretrizes, é imperativo avaliar a qualidade dos espaços públicos, com foco específico nas praças, que são o recorte deste trabalho. Espaços bem qualificados, que tenham equipamentos adequados e que atendam às necessidades da comunidade são essenciais para garantir seu uso efetivo e inclusivo. Sendo assim, foi utilizada neste trabalho a ferramenta da UN-Habitat (2020) *Public space site-specific assessment: guidelines to achieve quality public spaces at neighbourhood level* (Avaliação específica de espaços públicos: para alcançar espaços públicos de qualidade em escala local, tradução nossa). A ferramenta objetiva facilitar a compreensão dos arquitetos quanto às cinco dimensões relativas a um espaço público de qualidade: segurança, inclusão, conectividade, acessibilidade e sustentabilidade.

Usos e apropriações femininas: estudo de caso nas praças Agenor Moreira e Haroldo Rosa, Vila Velha-ES

O município de Vila Velha, localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no estado do Espírito Santo, abriga cerca 467.772 habitantes e estende-se por uma área de 210.225 km² (IBGE, 2022). Nesta pesquisa, duas praças de Vila Velha foram selecionadas como estudo de caso, ambas localizadas em bairros residenciais densamente povoados (Itapuã e Santa Monica, identificados na Figura 1), reformadas nos anos de 2022 e 2023, com características físicas semelhantes, mas contextos socioeconômicos distintos. A praça Agenor Moreira (2.540 m²) situa-se no bairro Itapuã, de alta renda *per capita* e densidade populacional (185 hab./ha), sendo as mulheres 53% da população (Figura 2). A praça Haroldo Rosa (2.880 m²) localiza-se no bairro Santa Mônica, de classe média baixa e de alta densidade demográfica (180 hab./ha), sendo as mulheres 54,4% da população do bairro (Figura 3).

Destaca-se que, em 2019, o município de Vila Velha recebeu financiamento externo do Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), aprovado pelo Governo Federal e direcionado para obras do Programa de Requalificação Urbana e Melhorias Ambientais (Vila Velha, 2019). A partir desse crédito, o município conseguiu, em um curto período de tempo (Gestão Municipal 2021-2024), requalificar aproximadamente 20 praças, cujos projetos foram elaborados, principalmente, pela equipe técnica da Secretaria de Obras e Projetos Estruturantes e pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, sem estabelecer um processo participativo com a população dos bairros envolvidos.



a) Localização de Vila Velha -ES

b) Mapa de localização dos bairros

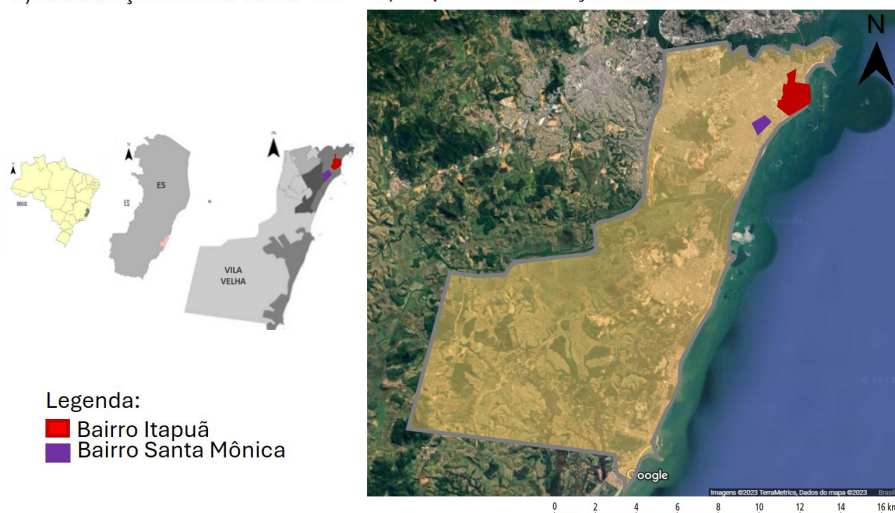


Figura 1: Mapa de localização dos bairros Itapuã e Santa Mônica, respectivamente. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Earth, 2023.

a) Vista de satélite do bairro Itapuã

b) Vista de satélite da praça Agenor Moreira



Figura 2: Mapa de localização da praça Agenor Moreira. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Earth, 2023.

a) Vista de satélite do bairro Santa Mônica

b) Vista de satélite da praça Haroldo Rosa



Figura 3: Mapa de localização da praça Haroldo Rosa. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Earth, 2023.

Ressalta-se que o “Guia Parques para Todas e Todos” elucida que a elaboração de projetos de infraestrutura deve garantir a participação equitativa de todos os grupos na tomada de decisões, incluindo consultas legais e escuta ativa das demandas. O planejamento sensível ao gênero visa assegurar que todos tenham voz e igualdade de oportunidades nesses processos, com reuniões em locais acessíveis e atenção à diversidade de identidades. A participação também é essencial no monitoramento e na avaliação das medidas implementadas, para identificar problemas e buscar soluções.

Antes da reforma, tanto a praça Agenor Moreira (P1) quanto a praça Haroldo Rosa (P2) apresentavam equipamentos e mobiliários quebrados, não apropriados ao uso e com sinais de abandono e vandalismo. Eram utilizadas, sobretudo, como passagem e passeio de pessoas com seus *pets*. Com a reforma, a Praça Agenor Moreira (P1) recebeu novos equipamentos, como um espaço para *pets* (parcão), *playground*, reforma da quadra, iluminação LED, nova calçada, rampa de acesso, paraciclos, bancos de concreto moldados, mesas de xadrez e um mural artístico (Figura 4). Tais melhorias trouxeram benefícios significativos para o local, aumentaram os usos e apropriações do espaço e contribuíram para uma maior vitalidade urbana. Por outro lado, a Praça Haroldo Rosa (P2), localizada em um bairro de classe média a baixa, passou por uma reforma que melhorou a infraestrutura do *playground*, da quadra e da academia popular, entretanto, as mudanças realizadas foram menos abrangentes (Figura 5).

PRAÇA HAROLDO ROSA (P1) ANTES E APÓS REFORMA



Figura 4: Imagens identificando as intervenções realizadas na praça Agenor Moreira. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do Google Street View, 2023.



PRAÇA HAROLDO ROSA (P2) ANTES E APÓS REFORMA

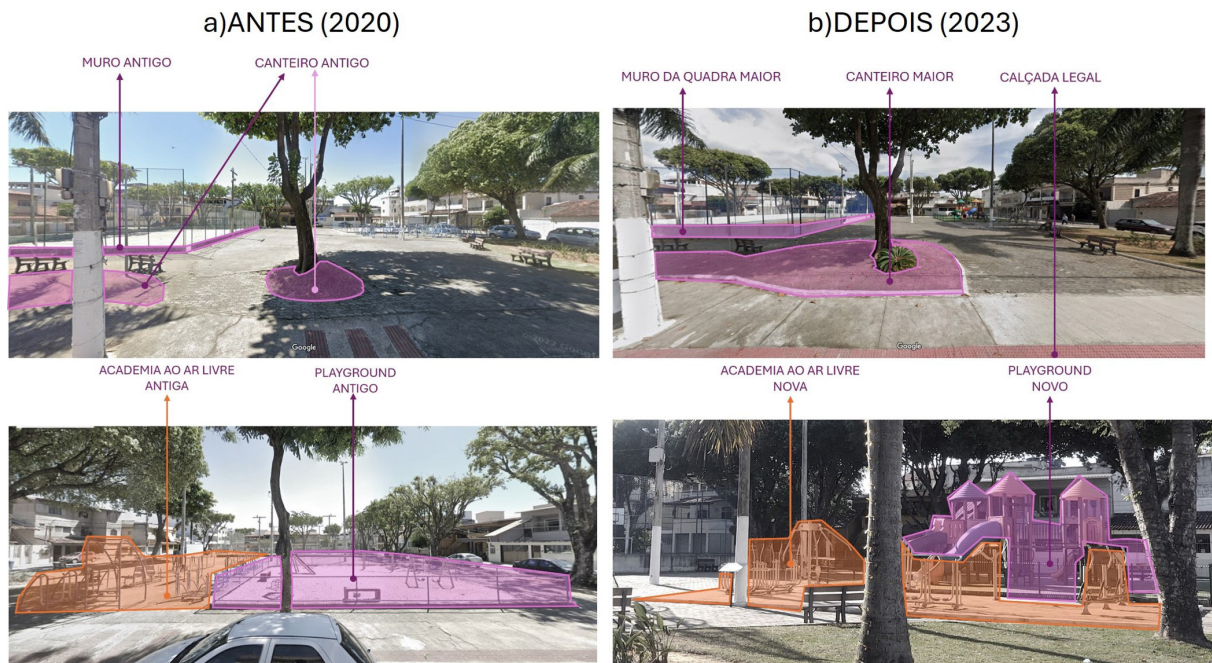


Figura 5 : Imagens identificando as intervenções realizadas na praça Haroldo Rosa. Fonte: elaborado pelas autoras com auxílio do Google Street View, 2023.

A etapa de **levantamento físico-morfológico** teve como referência a ferramenta de avaliação dos espaços públicos da UN-Habitat (2020), dividida em cinco dimensões: uso e usuários; acesso e acessibilidade; amenidades e mobiliários; conforto e segurança. Com base nessas temáticas, foram estabelecidos parâmetros de análises tanto internos quanto externos às praças, já que o convívio social no espaço público está profundamente ligado às oportunidades de acesso e uso, o que depende tanto de um desenho “interno” coerente quanto de um desenho “externo” – as ruas e o tráfego da área – adequados (Alex, p. 126, 2008). A articulação com o tecido urbano, ou seja, a conexão entre diversos espaços, incluindo a praça e seu entorno, é uma de suas funções originais essenciais (Alex, 2008).

Ao analisar a dimensão **uso e usuários**, cuja categoria é influenciada pelo desenho externo, observa-se que ambas as praças se localizam em bairros residenciais, entretanto, na P1 predominam habitações multifamiliares, com edifícios de vários pavimentos, enquanto na P2, habitações unifamiliares de até três pavimentos (Figura 6). Embora as praças tenham predominantemente uso residencial em seu entorno, a P1 conta com alguns pontos comerciais e mistos, conforme ilustrado na Figura 6.

Jacobs (2014) defende que a diversidade de usos é essencial para a vitalidade dos espaços urbanos. Ela argumenta que a combinação de atividades residenciais, comerciais e culturais em uma área contribui para a segurança e o dinamismo dos bairros. Espaços públicos que abrigam uma variedade de funções e atraem

diferentes grupos de pessoas ao longo do dia e da noite se tornam mais animados e seguros. A presença contínua de pessoas e a interação social promovem um ambiente mais acolhedor e eficiente. Nas praças analisadas, observa-se uma predominância de uso residencial; entretanto, a Praça P1 se destaca por ter mais comércio no entorno, além de carrinhos de comida, barraquinhas e brinquedos, o que a torna mais frequentada pelos usuários.

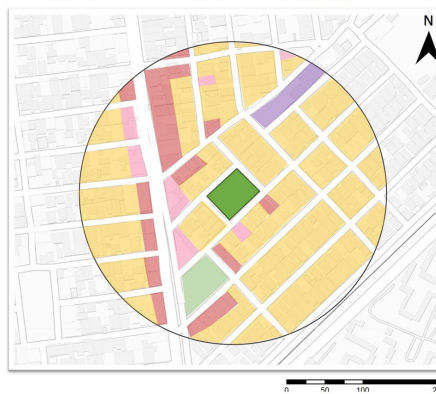
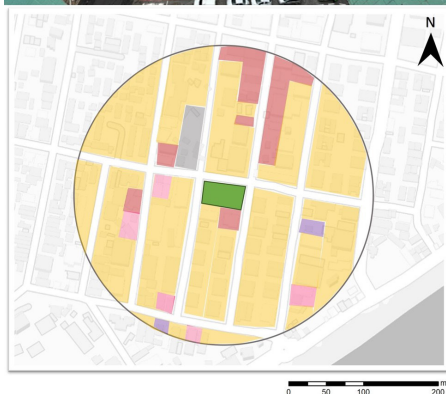
PRAÇA AGENOR MOREIRA (P1)

PRAÇA HAROLDO ROSA (P2)

a) Praça Agenor Moreira



b) Praça Haroldo Rosa



USO MISTO

USO RESIDENCIAL

COMERCIO/ SERVIÇO

ESCOLA

PRAÇA

TERRENO VAZIO

Figura 6: Na parte superior, imagem aérea da praça Agenor Moreira (à esquerda) e Haroldo Rosa (à direita). Na parte inferior, mapas de uso do solo. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software QGIS, 2023.

No entorno da P1, as fachadas dos edifícios são monótonas e inativas, refletindo a predominância de construções habitacionais verticais (Figura 7). Na P2, no entanto, as fachadas ao redor são visualmente permeáveis, caracterizadas pela abertura de portas e janelas das habitações do entorno (Figura 8). Destaca-se que fachadas ativas e permeáveis podem auxiliar na sensação de segurança de quem utiliza o espaço público (Gehl, 2014).

A classificação de fachadas pode ser abordada através de diferentes perspectivas. Gehl (2014) distingue entre fachadas ativas – aquelas que promovem a interação e o engajamento social ao incorporar elementos como vitrines, portas e áreas comerciais, contribuindo para a criação de ruas vibrantes e dinâmicas – e fachadas passivas, que são mais fechadas e oferecem menos interação com o espaço público, resultando em ambientes menos estimulantes para pedestres. Além dessa classificação, foi adotada uma análise adicional que inclui a fachada

monótona, caracterizada por uma sequência de fachadas similares que criam um efeito repetitivo e pouco diversificado, e a fachada inativa, exemplificada por muros cegos que não contribuem para a vitalidade urbana e não apresentam aberturas para o espaço público. Para compreender a relação do edifício com o espaço público, foi mapeada a quantidade de aberturas: portas, portões e janelas.

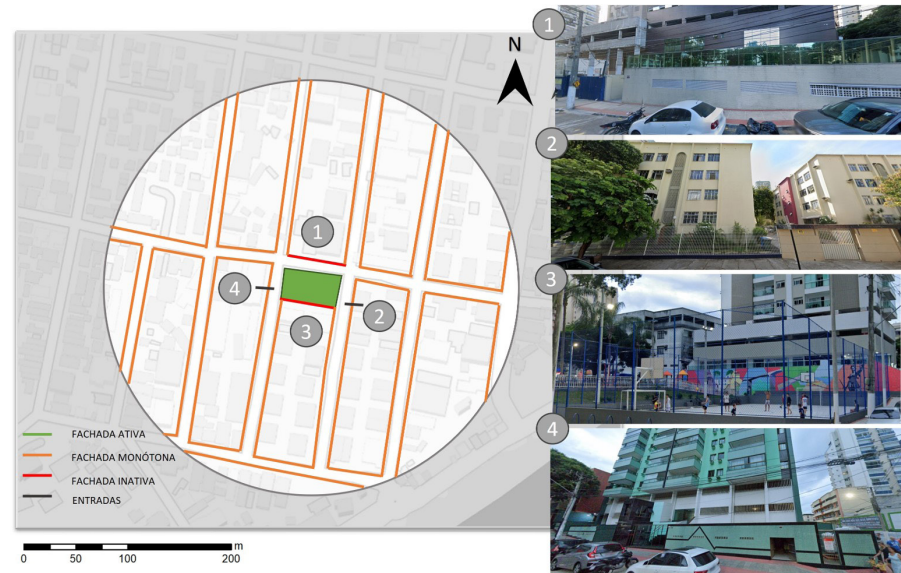


Figura 7: Mapa das fachadas, considerando o raio de 200 m, da praça Agenor Moreira (P1). Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software QGIS e Google Street View, 2023.

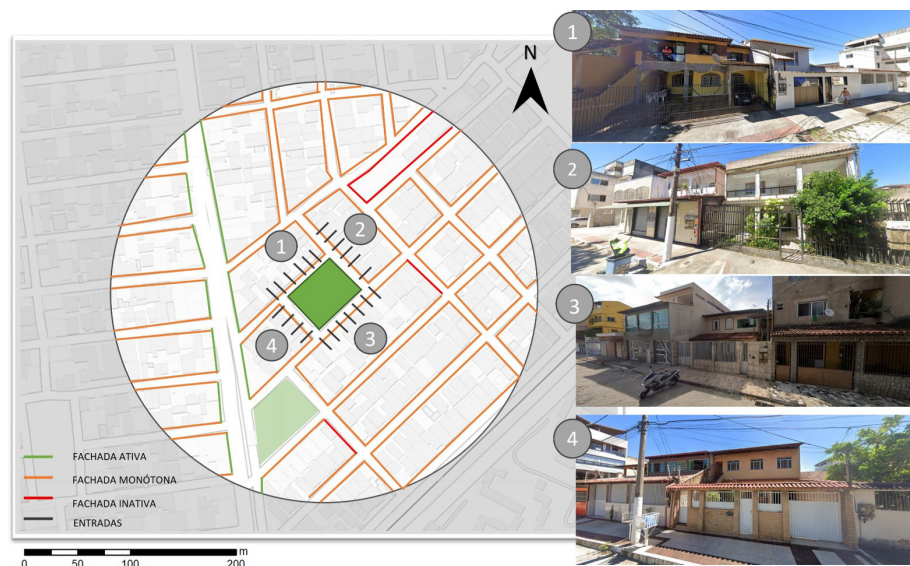


Figura 8: Mapa das fachadas, considerando o raio de 200 m, da praça Haroldo Rosa (P2). Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software QGIS e Google Street View, 2023.

Em relação ao **acesso e à acessibilidade**, é essencial reconhecer que o debate emergente nos estudos acadêmicos e na formulação de políticas públicas enfatiza a importância de integrar a perspectiva de gênero com outros marcadores sociais,

como raça, classe, idade e deficiência, por meio de uma abordagem interseccional¹. Essa integração é fundamental para abordar as complexas desigualdades na construção de um espaço urbano verdadeiramente democrático.

A P1 apresentou melhorias após a reforma, tornando a circulação mais acessível para todos os públicos. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a acessibilidade dos equipamentos e mobiliários, bem como a falta de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência. Já P2, embora a calçada perimetral tenha sido reformada, as calçadas do entorno de ambas as praças não são acessíveis, e a pavimentação da praça continuou em piso intertravado, que dificulta o deslocamento, em especial, de idosos, mulheres grávidas, crianças pequenas, cadeirantes e carrinhos de bebê.

Entre os meios de locomoção, as mulheres utilizam mais o transporte coletivo (43,5%) e o deslocamento a pé (32,5%), ao passo que os homens utilizam mais o transporte individual, especialmente carros próprios. Mulheres com menor renda familiar tendem a andar mais a pé e usar ônibus; por outro lado, mulheres de alta renda optam mais pelo transporte individual, conforme Pesquisa Origem e Destino 2017 (PMSP, 2020). É imperativo considerar o acesso às praças. Nesse contexto, é importante destacar que tanto a P1 quanto a P2 têm um ponto de ônibus próximo, o que facilita e democratiza o acesso.

No item **amenidades e mobiliário**, a Praça P1 se destaca pela diversidade de equipamentos e pela presença de assentos lineares e sombreados, especialmente próximos ao parquinho e à quadra, em conformidade com as recomendações da UNOPS (2020). No entanto, o guia da UNOPS recomenda a inclusão de espaços destinados a atividades físicas para idosos, o que está presente na Praça P2, mas não na P1. Além disso, o guia sugere a criação de parquinhos infantis e quadras que atendam a diferentes idades e permitam usos variados, como a ausência de marcações e estruturas específicas para uma única prática esportiva, promovendo, assim, usos diversificados e inclusivos para todos os gêneros. Nas praças analisadas, ambas têm parquinhos para crianças pequenas e quadras poliesportivas para futebol e basquete, apenas. Idealmente esses espaços teriam ao menos um banheiro de família com estruturas adaptadas para crianças e um espaço para troca de fraldas.

Em relação à dimensão **conforto**, ambas as praças oferecem um ambiente agradável, limpo, com áreas sombreadas, árvores e presença de sons naturais. No entanto, a P1, por estar circundada por duas vias coletoras, é afetada pelo fluxo intenso de veículos, e o ruído proveniente do tráfego é presente. Em contrapartida, a P2 está circundada por vias locais e desfruta de um movimento de carros inferior, com predominância de sons de pessoas e pássaros.

¹ Interseccionalidade, um termo cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, descreve a sobreposição e interseção de diversas formas de discriminação e opressão, com foco particular nas experiências das mulheres negras. No entanto, esse conceito tem sido expandido para abordar outros marcadores sociais, promovendo um debate mais amplo sobre a complexidade das relações que geram desigualdades e vulnerabilidades.



No âmbito da **segurança**, a P1, embora apresente fatores que contribuem para a sensação de insegurança – como a presença de muros cegos e o tráfego intenso de veículos automotores –, tem atrativos estéticos e infraestruturais, além de contar com comércio informal em seu interior que traz movimentação de pessoas. Por outro lado, a P2 é utilizada de modo mais intimista, funcionando como uma extensão das residências para as famílias locais. Nela, grupos reúnem-se para eventos como churrascos entre moradores, que também zelam pelo espaço.

As praças estão bem conservadas, sem sinais de vandalismo ou depredação. Soares e Saboya (2019) destacam que espaços abandonados e sem manutenção, com lixo e estrutura depredada, podem aumentar a sensação de insegurança, levando os usuários a evitarem o local e tornando-o mais vulnerável a ações criminosas. Na P1, há presença ocasional de rondas policiais, no entanto, não há postos policiais nas proximidades. Embora a presença de autoridades possa desencorajar a criminalidade, é importante considerar que algumas pessoas, como mulheres negras, podem se sentir inseguras devido ao histórico de violência policial direcionada a elas.

Em estudo realizado por Carvalho (2022) sobre a violência policial contra mulheres, foi observado que 83% das vítimas da letalidade policial eram mulheres negras. A autora fez uma análise de uma amostra de notícias, e o estudo revela que as mulheres enfrentam violências cotidianas praticadas por agentes da segurança pública. Essas manifestações violentas ocorrem em espaços públicos, de forma física e verbal. As agressões verbais, em particular, são marcadas por uma conotação sexista, racista e transfóbica (Carvalho, 2022).

No Quadro 1, a seguir, estão sintetizadas as principais características de cada praça analisada, agrupadas segundo as dimensões analisadas.

Na **análise comportamental**, foram utilizadas as técnicas de contagem de pessoas e mapeamento comportamental, com base em Gehl e Svarre (2018), considerando um intervalo de 15 minutos. As análises foram realizadas em um dia de semana e no fim de semana, considerando os turnos matutino (9h e 10h), vespertino (16h e 17h) e noturno (19h 20h). A coleta de dados foi realizada nas duas praças em concomitância e as observações estão representadas nos mapas comportamentais demonstrados no Quadro 2 e 3.

Na P1, durante as manhãs, tanto em dias de semana quanto nos fins de semana, a quadra apresentou pouca movimentação; quando observado o uso, foi de crianças e seus responsáveis. Nesse turno, foi comumente visto mais mulheres idosas cuidando de crianças e homens idosos jogando nas mesas de xadrez. À tarde e à noite, o movimento aumenta, com destaque para um maior uso da quadra no fim de semana à tarde. Também foi observado que adultos e idosos também frequentam a P1 para compras rápidas na banca de jornal ou na padaria situada nas proximidades.



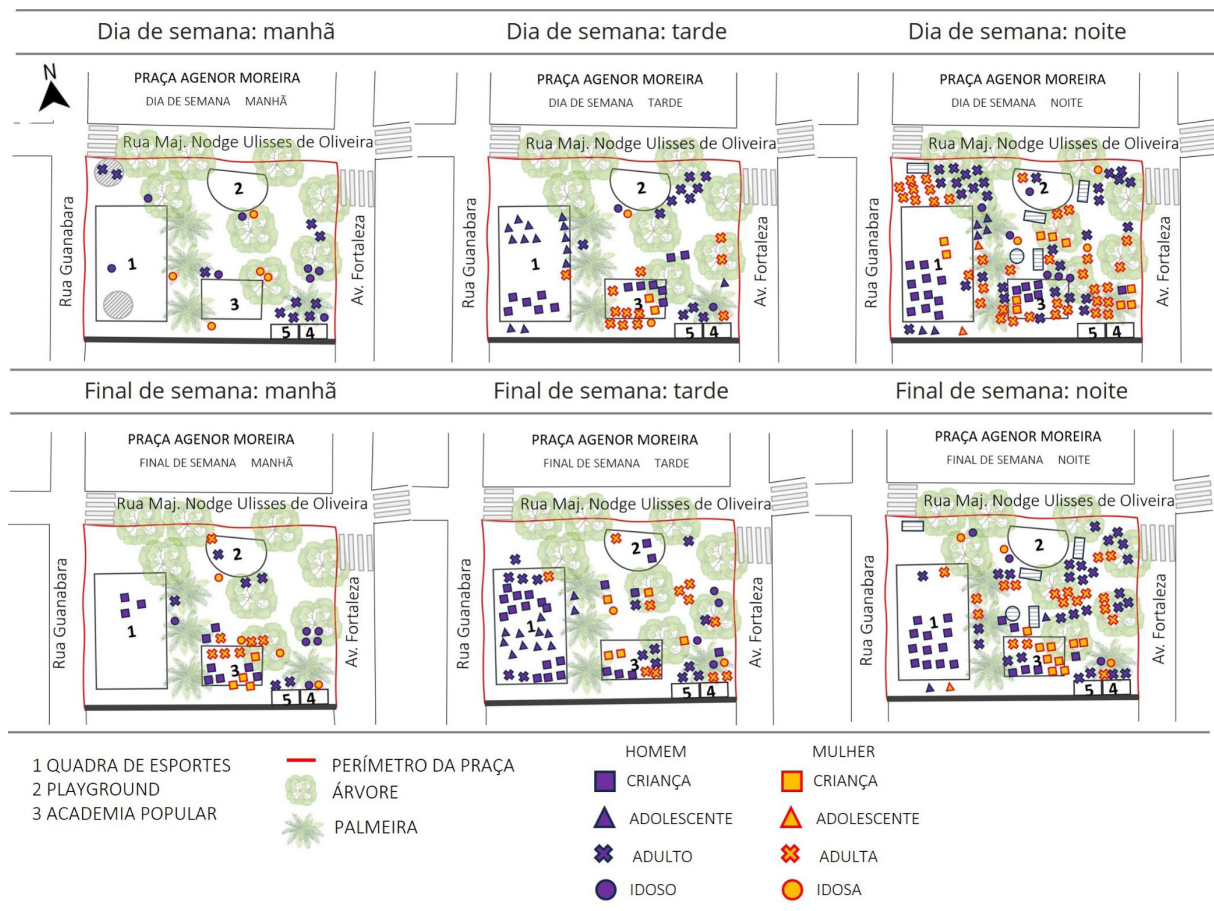
Dimensão	P1 (Praça Agenor Moreira)	P2 (Praça Haroldo Rosa)
Usos e usuários	Bairro predominantemente multifamiliar residencial verticalizado com fachadas monótonas e inativas. Possui comércio transitório no interior da praça e pequenos eventos sazonais	Bairro predominantemente residencial unifamiliar com edificações de até 3 pavimentos. As fachadas são monótonas e inativas. Não possui atividades comerciais formais ou informais.
Acessibilidade	Calçadas do entorno não seguem a norma ABNT NBR 9050 e estão em mal estado de manutenção. O Interior da praça tem piso regular e não trepidante e percursos com largura 1,50m ou superior	Calçadas do entorno apresentam irregularidades, falta de sinalização tátil e obstáculos, dificultando a locomoção de pessoas com deficiência.
Amenidades e mobiliário	A praça possui <i>playground</i> , quadra e pet Park, mesas de jogos e banca de revistas	A praça possui <i>playground</i> , quadra e academia popular.
Conforto	A praça é bem arborizada e sombreada, mas carece de diversidade de vegetação. Possui boa manutenção e limpeza. Há sons naturais de pássaros e vento, mas o ruído predominante é o de veículos devido ao tráfego intenso	A praça é arborizada e sombreada, com maior variedade de vegetação. A manutenção precisa de melhorias, com uma lixeira quebrada e a quadra em deterioração. A área residencial é silenciosa, permitindo ouvir sons naturais como o vento e os pássaros.
Segurança	A praça está bem conservada, sem vandalismo aparente, porém sem câmeras de segurança internas. A iluminação na praça é adequada, mas o entorno carece de boa iluminação. Fachadas predominantemente cegas. Rondas policiais são frequentes, com viaturas ocasionalmente estacionadas	A praça já mostra alguns sinais de depredação em algumas lixeiras e na quadra, apesar dos equipamentos estarem em bom estado. Há uma câmera de segurança na praça. O entorno não possui muros cegos, com as residências voltadas para o espaço público, promovendo vigilância natural.

Quadro 1: Comparativo da análise físico-morfológica das praças analisadas. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A P1, durante o dia, em dias de semana, é muito utilizada para circulação de mulheres carregando bolsas e aproveitando a facilidade de locomoção proporcionada pela área sombreada. À noite, a P1 denota maior vitalidade, com a presença de *foodtrucks* e atividades recreativas para crianças, em dias de semana e nos fins de semana.

No fim de semana, a quantidade de pessoas na P1 aumenta e, ainda que muitas famílias frequentem a praça, a proporção de homens é maior (cerca de 66% homens e 34% mulheres), apesar de ter sido observado mais mulheres no *playground*. As meninas, por vezes, encontravam-se no centro da praça, brincando de patins ou de bola sob vigilância dos responsáveis, que se encontravam sentados nas mesas postas pelos *foodtrucks*. Na P1, as atividades comerciais transitórias (*barraquinhas* e *foodtrucks*) funcionam no final da tarde e à noite, oferecendo oportunidade de alimentação e recreação. Observou-se ainda que tal comércio é operado por mulheres.

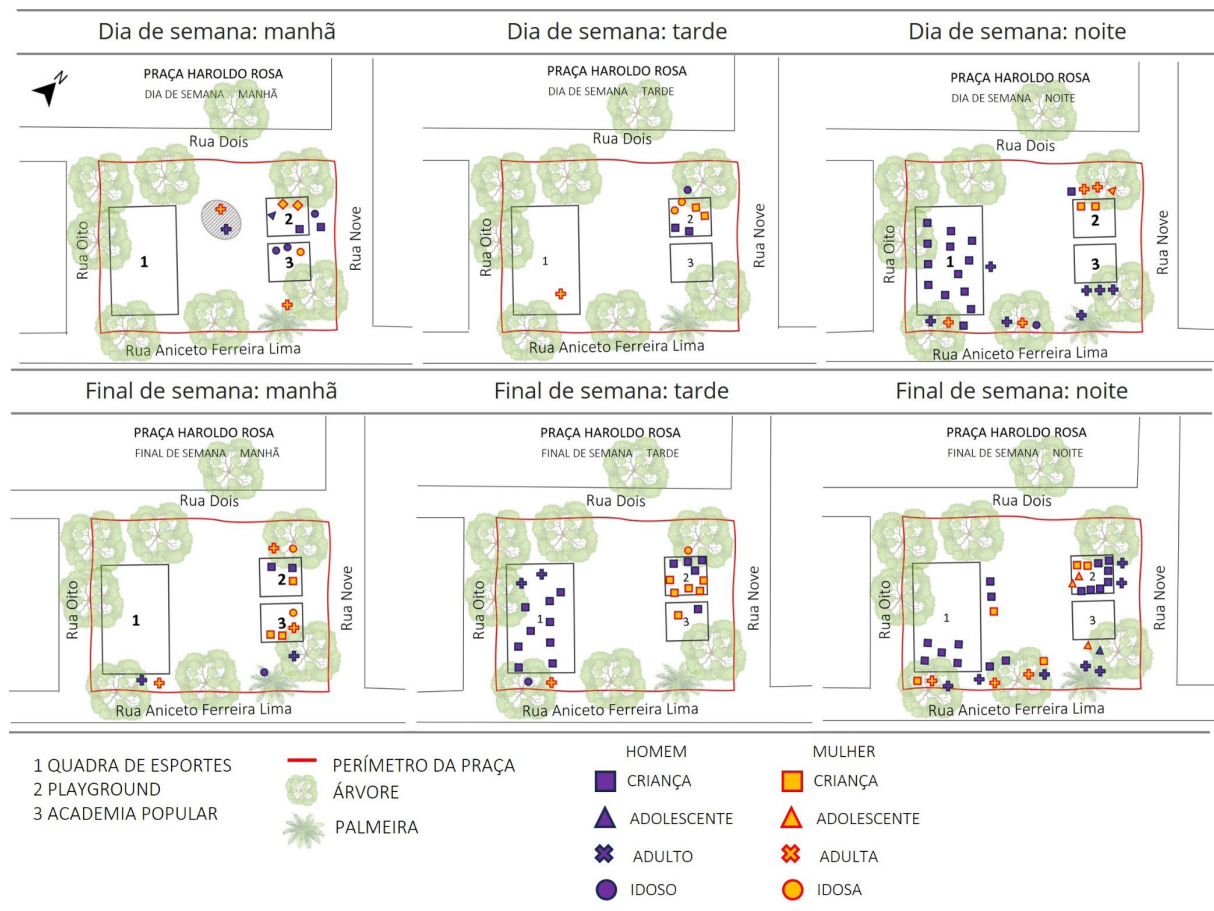




Quadro 2: Mapas comportamentais dos dias de semana e fins de semana (manhã, tarde e noite) da praça Agenor Moreira (P1). Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software PowerPoint, 2023.

Na P2, durante o fim de semana, as atividades seguem uma dinâmica semelhante à P1. Pela manhã, foi observada a presença de crianças no *playground*, acompanhadas de seus responsáveis, além de adultos e idosos socializando ou descansando nos bancos da praça. Na academia popular, destaca-se a presença de idosos e crianças utilizando os aparelhos. Nas tardes, percebeu-se o uso mais expressivo de crianças e adolescentes na quadra, com alguns responsáveis permitindo que elas brinquem de forma autônoma. À noite, observou-se um número maior de adultos supervisionando as crianças, em comparação com o período da tarde. É notável que, especialmente entre os mais velhos, a P2 é considerada uma extensão de suas residências, utilizada, por exemplo, para churrascos nos fins de semana, como foi observado em uma das visitas.

Destaca-se tanto na P1 quanto na P2 uma maior concentração de mulheres nos *playgrounds*, em especial nos turnos da manhã e tarde, independentemente do dia da semana. Durante a noite, tanto em dias de semana quanto nos fins de semana, a maior movimentação é de homens responsáveis pelas crianças. Nas atividades esportivas, as quadras são predominantemente utilizadas por adolescentes meninos, enquanto as meninas brincam em outros espaços da praça.



Quadro 3: Mapas comportamentais dos dias de semana e finais de semana (manhã, tarde e noite) da praça Haroldo Rosa (P2). Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do software PowerPoint, 2023.

Em ambas as praças foi observado um maior número de pessoas nos fins de semana quando comparado com os dias de semana. Sobre o comportamento feminino, observaram-se semelhanças entre as duas praças. Um dos pontos observados foram as múltiplas funções exercidas pelas mulheres, principalmente nas atividades ligadas ao cuidado de crianças, além de leitura, conversas com outras mães, uso do telefone e exercício físico. Vale destacar que o espaço público reflete o que ocorre no espaço privado, com as mulheres realizando diversas tarefas simultaneamente.

Por meio da contagem de pessoas, em ambas as praças foi constatado que a presença masculina é maior, representando cerca de 60% do total de frequentadores. Quanto à faixa etária, percebeu-se uma quantidade inferior de meninas adolescentes em comparação aos meninos da mesma idade. Quanto às mulheres idosas, observou-se que essas tendem a usar as praças mais pela manhã, principalmente auxiliando no cuidado de crianças, enquanto os homens idosos jogavam ou observavam o movimento.

Ainda na etapa de análise comportamental, foram realizadas entrevistas com as mulheres que frequentam as praças em turnos e horários variados. Os resultados

revelaram que as mulheres frequentam a P2 diariamente, enquanto na P1 visitam a praça entre uma e duas vezes por semana. Tanto na P1 quanto na P2, a maioria das mulheres mencionou que utiliza o espaço sempre acompanhadas de familiares. Quanto às motivações para o uso da praça, as entrevistas confirmaram as observações registradas nos mapas comportamentais, destacando que muitas mulheres frequentam a praça principalmente para cuidar de crianças ou de seus *pets*.

Em ambas as praças, ao serem questionadas sobre o que as faria se sentir mais seguras e confortáveis no espaço público da praça, constatou-se que a maioria delas associou o aumento da sensação de segurança à presença de autoridades, a câmeras de monitoramento, rondas policiais e à presença de pessoas, especialmente famílias, como fatores importantes. Na P1, as respostas também mencionam o impacto positivo da reforma na segurança, assim como a presença de barracas, *foodtrucks* e uma comunidade mais participativa. Na P2, por sua vez, as mulheres que responderam destacaram a tranquilidade do ambiente e o conhecimento entre os frequentadores como aspectos positivos. Tais respostas encontram-se ilustradas nas nuvens de palavras representada na Figura 9.

"O que te faz sentir segura ou confortável em um espaço público como a praça?"



"Na sua opinião, o que poderia melhorar na praça? Tem alguma atividade que você gostaria que existisse na praça?"



Figura 9: Nuvem de palavras da praça Agenor Moreira (P1) à esquerda e Haroldo Rosa (P2) à direita. Fonte: Elaborado pelas autoras com auxílio do site Wordcloud, 2023.



Quando perguntadas sobre os aspectos passíveis de melhorias na praça, as respostas incluíram atividades e equipamentos direcionados a crianças ou idosos, e não relacionados a elas mesmas, como mostra a nuvem de palavras na Figura 9. Outras respostas foram: variedade de brinquedos para diferentes faixas etárias, atividades para os idosos (no caso da praça Agenor Moreira), melhor uso da quadra esportiva incluindo grupo de crianças e meninas, além de atividades físicas com auxílio de profissional. Foi ainda citada a necessidade de melhorias na segurança e na manutenção dos espaços e destacada positivamente a presença de barraquinhas e dos vendedores ambulantes.

Ainda quando perguntadas sobre o local da praça que consideram mais agradável, tanto na P1 quanto na P2, as participantes também associaram essa preferência ao lugar de brincar das crianças. No caso de P1, destacaram o fato de o *playground* incluir crianças menores de 3 anos, ser recintado e longe da rua. Também foi destacado que ambas as praças têm áreas agradáveis, com bancos embaixo das sombras da copa das árvores, bem como os espaços centrais que são mais amplos, sem obstáculos visuais, e que permitem às mães ou responsáveis vigiar as crianças.

Em relação aos lugares menos agradáveis, apesar de a maioria das mulheres não ter conseguido indicar, ainda assim na P1, foi sinalizada a área do *parcão*, devido ao odor, a área próxima ao muro, por ser mal iluminada, e uma das esquinas, em que há aglomeração de pessoas em situação de rua. Já na P2 há uma preocupação com o aumento de usuários de drogas na praça e com a deterioração da quadra, devido à falta de manutenção e à presença de vândalos.

Quanto à diferença de uso entre homens e mulheres na praça, em ambas as praças as respostas revelaram que as mulheres frequentam o espaço quase sempre associado à presença de crianças, enquanto os homens têm uma abordagem mais descontraída, às vezes desfrutando de bebidas e momentos com amigos. Algumas notaram uma predominância masculina na quadra de esportes, e outras destacaram atividades mais voltadas para o público masculino, como jogos de baralho. De fato, durante as visitas, as mulheres foram vistas frequentando as praças motivadas pelas atividades centradas na família, enquanto os homens, na socialização e no lazer com grupos da mesma faixa etária e interesses.

Ambas as praças apresentaram melhorias após a reforma, porém, é evidente a diferença de investimento entre a praça localizada em um bairro de maior renda e aquela situada em uma área de menor renda. A praça Agenor Moreira (P1) passou por melhorias significativas em termos de estética, iluminação e equipamentos, o que atraiu atividades comerciais transitórias e, consequentemente, um maior número de usuários. Em contrapartida, a praça Haroldo Rosa (P2) recebeu apenas melhorias superficiais e insuficientes.

Vale destacar que a localização da praça também exerce influência, pois a praça Agenor Moreira atrai pessoas de bairros vizinhos. Além disso, há aspectos que ainda necessitam de aprimoramento em ambas as praças, como a acessibilidade



no entorno, especialmente nas calçadas. É essencial considerar que a análise da praça não pode ser dissociada do contexto urbano, e o incentivo ao deslocamento a pé é crucial, tendo em vista que as mulheres frequentemente utilizam esse modo de transporte no espaço público. Para isso, são necessárias calçadas acessíveis, com largura adequada para idosos, pessoas com deficiência e carrinhos de bebê, por exemplo.

Adicionalmente, os equipamentos das praças não atendem à diversidade etária, com parquinhos voltados exclusivamente para crianças pequenas e quadras restritas a esportes como futebol e basquete, sem espaços lúdicos não demarcados, conforme recomendado pela UNOPS (2020). A análise comportamental revelou que essas quadras são frequentemente dominadas por homens, especialmente adolescentes e jovens. As meninas e mulheres jovens tendem a se apropriar menos dos espaços públicos, especialmente nos esportivos. Um relatório sobre a implantação do planejamento com perspectiva de gênero descobriu que 70% das meninas e 44% dos meninos evitam compartilhar espaços ocupados por meninos mais velhos, com 82% das meninas e 47% dos meninos sendo rejeitados em suas tentativas; as meninas, em particular, enfrentam insultos sexuais e ameaças ou atos de agressão sexual (UNOPS, 2020).

Com relação às áreas de descanso sombreadas, recomendadas pela UNOPS (2020), as participantes da entrevista também reconheceram sua importância. Dado que as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, muitas vezes não remunerado, é essencial considerar espaços adequados para quem cuida de crianças, idosos, entre outros. Como a praça é um espaço de lazer, as mulheres frequentemente desempenham múltiplas atividades simultaneamente, como cuidar dos filhos, socializar, comer, usar o celular e ler. Portanto, é importante criar espaços multifuncionais, incluindo *playgrounds* protegidos, que foram mencionados pelas entrevistadas como uma necessidade. Além disso, é fundamental incentivar atividades que atraiam mulheres para o espaço, tanto para lazer pessoal quanto para a prática de exercícios físicos.

Em relação à segurança, as participantes destacaram não apenas a necessidade de câmeras e policiamento, mas também a importância da presença de pessoas para aumentar a sensação de segurança, um ponto defendido por autores sobre a vitalidade urbana e a “cidade viva”, que sugere a presença constante de pessoas nos espaços públicos em diferentes horários do dia e da semana (Gehl, 2014; Jacobs, 2014). Embora o tema da segurança seja complexo e exija estudos mais aprofundados que correlacionem gênero, levantar dados sobre o espaço físico e ouvir a opinião dos usuários é crucial para a elaboração de projetos e planejamento urbano eficazes.

O estudo revela que a presença masculina ainda predomina nas praças. Montaner e Muxí (2021) destacam que os problemas de segurança e equilíbrio nos espaços públicos, frequentemente dominados por grupos masculinos, podem ser mitigados



ao adotar a perspectiva de igualdade de gênero no planejamento urbano. Eles defendem que uma cidade justa deve implementar critérios que beneficiem todas as gerações e classes sociais, considerando praças e ruas como locais de conflito onde se manifestam direitos e deveres, e que esses espaços devem ser inclusivos e respeitar a diversidade. Além disso, a presença de mulheres em espaços públicos, como observado no Bryant Park em Nova York, é um indicador de segurança. O estudo sugere que a proporção ideal de mulheres para homens seria de 52% para 48%, respectivamente. Uma diminuição dessa proporção pode sinalizar um agravamento da segurança no parque (Gehl; Svarre, 2018).

A partir desses resultados, foi possível levantar alguns direcionamentos para planejamento de espaços públicos de permanência mais inclusivos a mulheres:

Investir em acessibilidade é fundamental para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como mulheres grávidas, mulheres com crianças pequenas e circulando com carrinhos de bebês tenham acesso pleno aos espaços públicos, por meio de rampas, calçadas adequadas, pisos regulares e sinalização tátil. Investir na ampliação das calçadas e acessos facilita o deslocamento das pessoas a pé, especialmente de mulheres com crianças, carrinhos de bebê e sacolas.

Melhorar a segurança dos locais públicos com iluminação adequada, câmeras de videomonitoramento e presença policial feminina e aumentada auxilia na criação de ambientes mais seguros para todos os cidadãos.

Oferecer uma diversidade de atividades e espaços que atendam às necessidades e aos interesses de diferentes grupos da comunidade é essencial, incluindo áreas de lazer, cultura, esporte e recreação. Estimular o uso da praça também para atividades comerciais com barraquinhas e outros serviços para a comunidade ajuda na atração de mulheres.

Uma infraestrutura inclusiva, com equipamentos e mobiliários para todas as idades, incluindo *playgrounds* para crianças menores, academia popular, banheiros familiares com fraldário e bancos sombreados, esses últimos tendo em vista que as mulheres frequentemente precisam se sentar enquanto acompanham crianças e realizam compras.

Incentivar a participação ativa da comunidade no planejamento, *design* e gestão dos espaços públicos, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas. Representantes comunitários devem zelar pela manutenção e segurança dos locais públicos, atuando como porta-vozes das autoridades e reivindicando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os cidadãos.

Promover campanhas de educação e conscientização sobre questões de inclusão e diversidade nos espaços públicos de modo a estimular a criação e adequação das políticas públicas às necessidades das mulheres.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do urbanismo revela que este nunca foi verdadeiramente neutro, sendo fundamentado em uma visão patriarcal e capitalista que privilegia as atividades produtivas tradicionalmente associadas ao gênero masculino, enquanto negligencia as atividades de cuidado, reprodução e sociabilidade. Para superar essa desigualdade de gênero no planejamento urbano, é crucial adotar uma abordagem crítica que reconheça a realidade a partir das experiências das mulheres, promovendo um urbanismo que seja verdadeiramente inclusivo e acessível a todas as gerações e classes sociais.

O acesso aos espaços públicos é influenciado por fatores interseccionais, como idade, gênero, condição socioeconômica, raça, capacidade e sexualidade, que moldam a liberdade de movimento e a capacidade de usufruir desses espaços. A cidade, moldada por diversas formas de opressão e desigualdade, frequentemente não atende adequadamente a grupos marginalizados, refletindo relações de poder desiguais. Assim, é essencial repensar o desenho urbano para garantir que os espaços públicos sejam realmente inclusivos e seguros, promovendo a diversidade de atividades e a presença contínua de pessoas, em vez de depender de barreiras físicas e segregação. Essa abordagem não apenas amplia a liberdade e a segurança para todos os grupos sociais como também contribui para uma vivência urbana mais equitativa e acolhedora.

Os espaços públicos deveriam ser mais utilizados e apropriados pelas mulheres, e o acesso até eles, mais seguros e acessíveis, conforme preconiza a ONU (2005) em dois dos seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Diante disso, a principal contribuição deste trabalho foi tornar visível a situação das mulheres no espaço público e entender quais motivos as levam a se apropriarem ou não desses espaços. Alguns fatores que podem desestimular o uso e a apropriação das mulheres nos espaços públicos referem-se à sensação de insegurança que os espaços transmitem, gerada, em especial, por um desenho urbano pouco inclusivo às mulheres, bem como iluminação insuficientes, equipamentos quebrados e ambientes pouco frequentados.

Ao examinar as praças Agenor Moreira e Haroldo Rosa, foram observadas diferenças significativas em contexto físico, segurança percebida e uso do espaço por mulheres. Observou-se que as mulheres desempenham múltiplas funções ao apropriarem-se dos espaços públicos das praças, enquanto observam as crianças brincarem no *playground*, passeiam com seus *pets*, utilizam o celular e conversam com a vizinhança. No entanto, a presença masculina é predominante, e há diferenças no uso de áreas como parquinhos e quadras esportivas. Cabe ressaltar que o público masculino utiliza mais o comércio local, e sempre permanece sozinho na praça, enquanto as mulheres sempre estão acompanhadas de seus filhos ou amigos.



Percebe-se que a praça Agenor Moreira tem um maior público, inclusive o feminino, frequentando seus espaços, quando comparada à Haroldo Rosa. Apesar de os aspectos morfológicos indicarem que a praça Haroldo Rosa pudesse apresentar maior sensação de segurança para as mulheres – tendo em vista a maior presença de fachadas permeáveis em seu entorno e vias laterais de menor fluxo –, evidencia-se a importância da conectividade, da integração da praça na malha viária, bem como a densidade demográfica do bairro e o uso misto no entorno da praça para maior uso e apropriação.

Nas duas praças analisadas, a situação socioeconômica não se mostrou o principal fator na apropriação feminina dos espaços públicos. Observou-se que a interação das mulheres e demais usuários com as praças varia conforme suas características específicas. A praça Agenor Moreira, com sua oferta de comércio informal e eventos sazonais, atrai não apenas moradores locais, mas também visitantes de outros bairros, criando um ambiente mais ativo e diversificado que incentiva maior uso por diferentes grupos, incluindo mulheres. Por outro lado, a praça Haroldo Rosa é usada de maneira mais intimista pela comunidade local, funcionando como uma extensão das residências ao redor. Essa diferença no uso indica que, embora a situação socioeconômica tenha seu impacto, a configuração e a funcionalidade dos espaços públicos também desempenham um papel crucial na forma como esses espaços são apropriados pelo gênero feminino.

As mulheres consideram a presença de autoridades, câmeras de segurança e comunidade unida como fatores que as fazem sentir seguras nas praças. Elas sugerem melhorias na diversidade de brinquedos, atividades físicas supervisionadas e segurança nas praças. Em termos de ambiente agradável e necessidades de infraestrutura, mulheres valorizam a presença de sombra, bancos, áreas amplas e sem obstáculos visuais. A localização do *playground* e a presença da vegetação arbórea foram citadas como aspectos importantes para o conforto nas praças.

Os resultados avançaram na compreensão das dinâmicas de gênero no espaço público urbano e destacaram a importância da participação da comunidade, especialmente das mulheres, nos projetos de planejamento urbano. Limitações incluíram o tamanho da amostra e a análise restrita a duas praças, apontando para a necessidade de estudos mais amplos e sensíveis ao contexto. Sugere-se expandir a pesquisa para incluir mais praças em diferentes cidades, considerando outras identidades de gênero e dimensões de diversidade.

Os resultados deste estudo têm implicações significativas tanto do ponto de vista prático quanto teórico. Em termos práticos, os resultados podem ser utilizados para embasar próximos projetos em praças urbanas mais sensíveis ao gênero, além das necessidades das crianças e adequação de políticas públicas às



necessidades das mulheres e de práticas que promovam a participação ativa das mulheres em processos de planejamento urbano, considerando-as na tomada de decisões relacionadas ao *design* e à gestão de praças urbanas. Os resultados lançam luz sobre a importância de pesquisas com abordagens sensíveis ao gênero na concepção de espaços públicos, reconhecendo as diferentes necessidades e experiências das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, p. 148. 2015.
- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 95-117, 2012.
- ALEX, S. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora Senac, 2008. 291p.
- UNOPS. Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). Instituto Semeia. *Parque para todas e todos. Parque para Todos e Todas: Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero*, maio 2020. Disponível em: <https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/parques-para-todas-e-todos-2020/>. Acesso em: jun. 2023.
- BERTH, J. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismo, e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023. 274p.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL lidera assédio de mulheres em espaço público, Actionaid, 20 de maio, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/uoHUF>. Acesso em: 31 de out. 2024.
- CALIÓ, S. A. *Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano*. IV Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/JXiVaj>. Acesso em: jun. 2023.
- CARVALHO, D. Respeita a Polícia: A violência policial como uma manifestação da violência contra mulheres no Brasil. *Revista Contraponto*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 172-188, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/129102>. Acesso em: 29 jan. 2023.



- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: *Feminist legal theories*. Routledge, 2013. p. 23-51.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. Planeta Estratégia, 2020.
- DEL VALLE, T. *Andamios para una nueva ciudad: Lecturas desde la antropología*. Madrid: Cátedra, 1997.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- GEHL, J.; SVARRE, B. *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo: Orgrafic Gráfica e Editora, 2018.
- GONZAGA, T. de O. *A cidade e arquitetura também mulher*. Conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html>. Acesso em: mar. 2024.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil. Brasília: Ipea, 2015.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- HELENE, D. *O urbanismo feminista do Col·lectiu Punt 6*. FeminisUrbana. 12 de setembro 2017. Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2017/09/12/o-urbanismo-feminista-do-col%C2%B7lectiu-punt-6/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista*. Editora Olhares, 2021.



- MUXÍ, Z. Arquitectura y género: depoimento. Costa Rica. *Revista Su Casa*. Entrevista concedida a Kurt Aumair y cortesía de la arquitecta. N. 46. 2008.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 31 out. 2024.
- PMSP. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. SMDU. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO *Informe Urbano nº 44. Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô*. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf . Acesso em: jun. 2023.
- RISÉRIO, A. *Mulher, casa e cidade*. Editora 34, 2015.
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 17, p. 1-17, 1989.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SOARES, M.; SABOYA, R. T. Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019.
- SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- TILLY, L.; SCOTT, J. W. *Women, work and family*. Routledge, 1989.
- UN-HABITAT. Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. *Public Space Site-Specific Assessment: Guidelines to Achieve Quality Public Spaces at Neighbourhood Level*. 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org/public-space-site-specific-assessment-guidelines-to-achieve-quality-public-spaces-at-neighbourhood>. Acesso em: mar. 2024.
- VALENTINE, G. The geography of women's fear. *Area*, p. 385-390, 1989.
- VILA VELHA. *Fonplata: governo aprova crédito de U\$27,6 milhões para Vila Velha*. Site da Prefeitura de Vila Velha, 21 out. 2019. Seção Secretaria de Obras e Projetos Estruturantes. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/10/fonplata-governo-federal-aprova-credito-de-us-27-6-milhoes-para-vila-velha-27356>. Acesso em: 1º abr. 2024.

